



**AS “MULHERES DO CAFÉ” E AS
AGRICULTORAS NO MUNDO DO
AGRONEGÓCIO
MASCULINIZADO EM
LIDIANÓPOLIS-PR**

“COFFEE WOMEN” AND WOMEN FARMERS IN
THE WORLD OF MASCULINIZED AGRIBUSINESS
IN LIDIANÓPOLIS-PR

“MUJERES CAFETERAS” Y AGRICULTORAS EN
EL MUNDO DEL AGRONEGOCIO
MASCULINIZADO EN LIDIANÓPOLIS-PR

 10.5935/2177-6644.20230032

Simone Aparecida Queizi *

 [0000-0002-3428-5839](https://orcid.org/0000-0002-3428-5839)

Vânia Inácio Costa Gomes **

 [0000-0002-9173-0222](https://orcid.org/0000-0002-9173-0222)

Gilmar Arruda ***

 [0000-0002-7249-2775](https://orcid.org/0000-0002-7249-2775)

Resumo: O artigo analisou os impactos das transformações no campo e nas formas de produção agrícola. O recorte espacial é o município de Lidianópolis, localizado no centro-norte do Paraná. Priorizou-se o grupo social das “mulheres do café” e agricultoras, as quais, ainda inseridas no contexto de tradições culturais das comunidades rurais, persistem em permanecer na pequena propriedade rural, onde o agronegócio, em particular a produção da soja, é a principal atividade econômica (2000 a 2020). Procurou-se entender os desafios enfrentados por esse grupo em meio a um contexto econômico e ideológico masculinizado. Como fontes, além de dados estatísticos e documentos de órgãos públicos local, estadual e nacional, utilizou-se da história oral.

Palavra-chave: “Mulheres do café”. Agrotóxicos. Lidianópolis. História Ambiental e Cultural.

Abstract: The article analyzed the impacts of transformations in the field and in the forms of agricultural production. The spatial clipping is the municipality of Lidianópolis, located in the center-north of Paraná. Priority was given to the social group of “coffee women” and farmers, who, still inserted in the context of cultural traditions of rural communities, persist in remaining on small rural properties, where agribusiness, particularly soy production, is the main activity. main economic activity (2000 to 2020). We sought to understand the challenges faced by this group in the midst of a masculinized economic and ideological context. As sources, in addition to statistical data and documents from local, state and national public bodies, oral history was used.

Keyword: “Coffee women”. Pesticides. Lidianópolis. Environmental and Cultural History.

Resumen: El artículo analizó los impactos de las transformaciones en el campo y en las formas de producción agrícola. El recorte espacial es el municipio de Lidianópolis, ubicado en el centro-norte de Paraná. Se dio prioridad al grupo social de “mujeres cafeteras” y campesinas, quienes aún insertas en el contexto de las tradiciones culturales de las comunidades rurales, persisten en permanecer en pequeñas propiedades rurales, donde la agroindustria, en particular la producción de soja, es la actividad principal actividad económica (2000 a 2020). Buscamos comprender los desafíos que enfrenta este grupo en medio de un contexto económico e ideológico masculinizado. Como fuentes, además de datos estadísticos y documentos de organismos públicos locales, estatales y nacionales, se utilizó la historia oral.

Palabra clave: “Mujeres del café”. Pesticidas. Lidianópolis. Historia Ambiental y Cultural.

* Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora da Educação Básica da Rede Estadual do Paraná.  [5351703786542721](https://orcid.org/5351703786542721) - E-mail: simonequeizi@gmail.com.

** Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora da Educação Básica da Rede Estadual do Paraná.  [5154312411249455](https://orcid.org/5154312411249455) - E-mail: vaniaicg79@gmail.com.

*** Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM).  [2128740541101376](https://orcid.org/2128740541101376) - E-mail: garruda@uel.br.

Introdução

Este trabalho está organizado em três seções, antecedidas pela apresentação do recorte espacial selecionado, no caso o Município de Lidianópolis-PR, com foco na periodicidade de 2000 a 2020 e as transformações sócio agrárias que produzem alterações na paisagem e nos conceitos de rural e urbano. Na sequência, argumenta-se sobre as relações entre o recorte espacial e a fundamentação teórico conceitual que ampara esta pesquisa. No caso, uma abordagem que dialoga com a história ambiental (KLANOVICZ; MORAES, 2017; KOHLHEPP, 2020; ARRUDA, 2010, 2013 e 2016) para analisar o contexto de transformações sócio agrárias no Brasil e, conseqüentemente em Lidianópolis. A terceira seção se apropria da metodologia da história oral (PORTELLI, 1997; 2010), para identificar as “mulheres do café” e as agricultoras como grupo social de análise, com o objetivo de compreender suas motivações em permanecer na pequena propriedade no desempenho de atividades ligadas à agricultura familiar no contexto das comunidades rurais, em um cenário econômico e ideológico masculinizado e homogeneizado pelo agronegócio com a predominância da produção da soja, do trigo e do milho.

Por fim, além das fontes orais, a pesquisa se baseou também em dados estatísticos publicizados em sites e documentos de órgãos públicos local, estadual e nacional, dentre eles os disponíveis no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também se utilizou de reportagens publicadas em redes locais sobre as “mulheres do café”, com o propósito de ampliar as vozes desse grupo neste trabalho. No campo teórico conceitual e da literatura, esta última seção fundamenta-se em alguns autores que abordam as mulheres em seus trabalhos (CARNEIRO, 2013, SILVA, MELO; MORAES, 2012; TEDESCHI, 2009; SCHITZ; SANTOS, 2013).

Em Lidianópolis, dentre os remanescentes das comunidades rurais e da agricultura familiar das décadas de 1960 a 1990, destacam-se as mulheres como agricultoras e inseridas na produção de café selecionado, as quais terão suas trajetórias analisadas a seguir. Interessa-nos analisar os desafios em permanecer com a produção de café em meio a um contexto econômico e ideológico homogeneizado e ainda masculinizado pelo agronegócio com as monoculturas da soja, do trigo e do milho. Culturas que se utilizam em larga escala de agrotóxicos, os quais, sem o manejo técnico correto, afetam e prejudicam as demais culturas ao seu entorno.

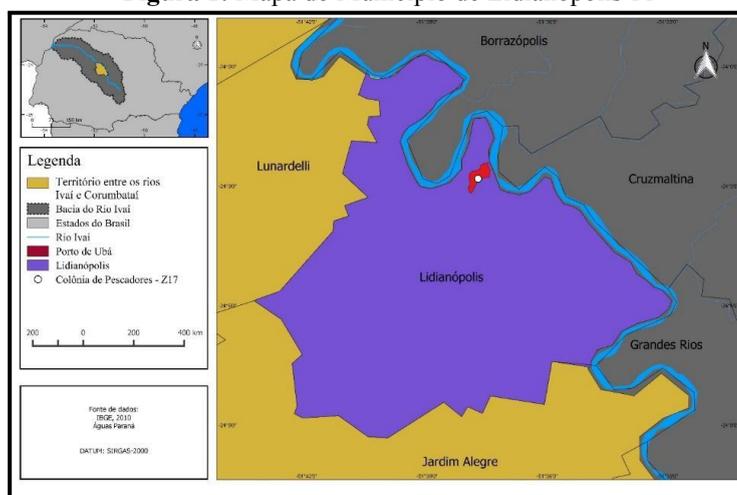
A escolha por trabalhar com essas mulheres veio da visibilidade local dada nos meios de comunicação para o Programa “Mulheres do Café do Vale do Ivaí”, coordenado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), o qual chamou a atenção dos autores em fase dos nossos respectivos campos de pesquisas. Este artigo dialoga com as pesquisas de doutorado das autoras e suas reflexões traduzem um pouco do cenário local e as trajetórias das mulheres e da agricultura. Elementos e grupos sociais apropriados nas respectivas pesquisas de doutorado.

Lidianópolis e o contexto sócio agrário

Lidianópolis (figura 1) é um dos 399 municípios do estado do Paraná, localizado na região centro-norte e, de acordo com dados do IBGE (2022), sua população total é de 3.938 habitantes, com a autodeclaração de indígenas e negros, porém, as cores branca e parda são majoritárias. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,680 (IBGE, 2010).

Dados do IBGE (2022), informam que este município possui uma área territorial de 151, 456 km², com elevação de 574 metros. Em termos etários sua população é relativamente de adultos para idosos e com perda populacional. Em 2020, de acordo com o IPARDES (2022, p. 4), 50,5% (1.760) eram mulheres e 49,5% (1.730) eram homens. E a população rural, distribuídas em 345 propriedades, era composta por 1.927 pessoas (970 homens – 50,4% e 957 mulheres – 49,6%) e a urbana por 2.046 (992 homens – 48,5 e 1.054 mulheres – 51,5%) (IBGE, 2010). Apesar de ser uma margem pequena, observa-se que no total, a população feminina é maior que a masculina, entretanto um menor número reside na zona rural.

Figura 1: Mapa do Município de Lidianópolis-Pr



Fonte: QUIEZI, 2020, p. 201

Sua emancipação política ocorreu em 1990, com a instalação do município em 1993. A base de sua economia é a agricultura, na qual as informações do IPARDES (2022) revelam os seguintes dados: cultivo de amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho, soja, tomate, trigo, abacate, banana, café, goiaba, maracujá e uva; produção de gado (corte e leite); criação de frango; e produção de ovo caipira, bicho-da-seda e mel de abelha. O agrônomo do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR-PR) de Lidianópolis, Rogério Rui Maia¹ (2022), confirma os dados e analisa que a ausência de uma cadeia produtiva articulada dificulta a consolidação da fruticultura, dos produtos orgânicos e os demais advindos da agricultura familiar. Ressalta o agrônomo, que a agricultura familiar tem o desafio de pensar fora da propriedade, de colocar sua produção “fora da porteira” pautada na agroecologia, na sustentabilidade e na articulação de cadeias produtivas.

Nesse contexto, Lidianópolis se sustenta basicamente de suas atividades agropecuárias desenvolvidas no modo convencional consolidado a partir do processo de expansão da fronteira agrícola e sua modernização na segunda metade do século XX (MELLO; NOVAES, 1998). A soja, o milho e o trigo são culturas predominantes.

Recorte especial e a fundamentação teórico conceitual

Klanovicz & Mores (2017, p. 245-246), apontam que a soja “[...] ocupa 6% da área agricultável do planeta” e que foi a partir da segunda metade do século XX, especialmente no pós-guerra, que a soja como monocultura, inseriu-se no “[...] rol de processos radicais de modernização tecnológica do campo”. Foi “o alastramento da Revolução Verde”, com a finalidade de “[...] promover a maximização da produção industrial de alimentos” e transformar as relações humanas com a natureza “[...] em indústria produtiva [...]”. Lidianópolis então, ainda que em periodicidade um pouco diferente, não fica fora do contexto macro, especialmente quando o Brasil, inserido no cenário dos países de terceiro mundo, foi

¹ Engenheiro Agrônomo, de 48 anos, servidor público estadual do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR) e atua no escritório de Lidianópolis, como extensionista ao pequeno produtor rural. É descendente de um grupo de famílias portuguesas que ocupou a região a partir da década de 1950. A entrevista foi realizada no dia 24 de junho de 2022, no escritório local do IDR-PR. E, ressalta-se que, para subsidiar as fontes documentais, foram utilizadas quatro entrevistas orais, as quais estão amparadas pelo Parecer nº 5.333.987, aprovado em 06 de abril de 2022, Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá (UEM): Rogério Rui Maia (Engenheiro Agrônomo do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IDR-PR); Angélica Maisa Tambarussi (agricultora), Laís Regina Prins de Toledo Hey e Vera Lúcia Fiorini Fávaro (agricultora). Os áudios e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) seguiram rigorosamente os trâmites legais e encontram-se em poder dos autores.

tomado pela ideia política de que o desenvolvimento econômico justifica até a “extinção da natureza” e passa a controlar “as práticas agrícolas” e “seus agentes modernizadores”.

No estado do Paraná, desde meado da década de 1970, uma parte significativa da construção de discursos desenvolvimentistas esteve vinculada à ideia de que as monoculturas representavam importante impulso econômico e social, como sinônimo de modernidade. A soja acabou sendo inserida como cultura substitutiva ao café no âmbito das transformações econômicas pelas quais o Paraná passaria a partir da década de 1950 (KLANOVICZ; MORES, 2017, p. 248)

Ao percorrer a linha de sucessão proposta por Kohlhepp (2020), ainda que com uma relativa diferença temporal em relação às demais regiões do Paraná, pode-se afirmar que no Vale do Ivaí², especialmente em Lidianópolis a partir de 1930, a ocupação e uso do solo perpassa pelas fases de desmatamento, produção de café e a gradativa mudança para a pastagem, algodão, milho, soja e trigo. A década de 2000, marca a consolidação da monocultura da soja e a intensificação do uso de agrotóxicos decorrentes. O milho e o trigo passaram a ser cultivados no intervalo entre uma colheita e outra da soja, a chamada produção de “safrinha” e agora, segundo Rogério Rui Maia (2022), a “segunda safra”.

Por outro lado, Lidianópolis, em seu processo de ocupação privada, foi resultado, entre outras iniciativas, de uma operação imobiliária capitaneada pela companhia de terra Sociedade Territorial Ubá Ltda., que entre as décadas de 1940 a 1960, parcelou o território em propriedades de diversos tamanhos, com preponderância de pequenas dimensões (FARIAS, 2020; QUIEZI, 2020), o que propiciou a constituição de uma zona rural formada por diversas comunidades rurais. Nove comunidades se constituíram e todas ainda se mantêm, mesmo que amplamente impactadas pelas transformações advindas do esvaziamento do campo e a suplantação do café pela soja (QUIEZI, 2020).

Conforme afirmam Arruda (2010) e Klanovicz & Mores (2017), existe uma dinâmica e ritmos diferentes para o processo de alastramento de alguns fenômenos macros, como a fronteira agrícola a partir da década de 1950. No caso, o plantio da soja em Lidianópolis, consolida-se somente na primeira década do século XXI. A cultura das comunidades rurais e a força da agricultura familiar pautada na produção do café, compreendidas como dinâmicas

² A expressão “vale do Ivaí” foi utilizada pelo Engenheiro Inglês Thomas Bigg-Whiter (1872-1875), quando realizava expedições exploratórias e ao encontrar muitas dificuldades e barreiras físicas e humanas (povo Xetá) para se locomover por terra e pelo rio Ivaí, referiu-se ao território como “vale selvagem do Ivaí”. Denominação que foi apropriada pelo modelo de ocupação privada na segunda metade do século XX e permanece atualmente como “Vale do Ivaí”. É uma representação geopolítica adotada, em decorrência das características físicas, declividade e ondulação do relevo em formato de vale no trecho do médio Ivaí (QUIEZI, 2020, p. 52-96).

locais, mesmo que fundadas sob a lógica macro do deslocamento de fronteiras, podem ser consideradas como fatores para a tardia predominância da soja.

Em Lidianópolis, entre as décadas de 1960 a 1990, consolidou-se as comunidades rurais ou “comunidades das águas”, que eram pequenos núcleos centralizados “[...] em um determinado local e se caracterizaram pela construção aglomerada de uma igreja, uma escola, uma venda, um campo de futebol e um barracão para reuniões e festas (geralmente em comemoração ao padroeiro ou à padroeira da comunidade)” (QUIEZI, 2020, p. 160). Eram comunidades majoritariamente formadas por famílias católicas. Em termos demográficos, Lidianópolis apresentou um crescimento populacional bastante significativo na década de 1970, ao registrar 10.841 habitantes, contra 4.781 habitantes no ano de 2000 (QUIEZI, 2020, p. 164), o que revela uma perda populacional de 44,1% em relação à década de 1970.

Nas décadas de 1980 e 1990, com o café em declínio, uma nova cultura é intensificada em Lidianópolis – a produção de algodão. Com ciclo curto, devido a vários fatores: “[...] a praga do Bicudo; o alto custo da produção; os perigos dos agrotóxicos necessários; a produção em pequena escala; e a utilização de mão de obra não mecanizada” (QUIEZI, 2020, p. 163), o algodão logo cede espaço para a entrada da soja e da produção do gado leiteiro. A pequena propriedade, às comunidades e o cultivo de outros produtos, dentre eles o café, permitiram que algumas pessoas e comunidades não aderissem ou tardassem a aderir à produção da soja, que só se consolidou como principal atividade econômica nas primeiras décadas do século XXI.

As comunidades rurais atualmente estão esvaziadas (êxodo rural e migrações), reconfiguradas (economia agrícola sojizada, mecanizada e tecnificada) e impactadas (contaminação por agrotóxico, sobretudo por conta da deriva). Contudo, algumas delas ainda preservam costumes e tradições de suas raízes e resistem, mesmo que adaptadas em meio à monocultura da soja, do trigo e do milho. Juntos, permanecem nas comunidades rurais, o cultivo da agricultura familiar e a inserção de outras culturas, com destaque à fruticultura convencional e orgânica. E a comunidade denominada Santo Antônio é a que mais mantém suas características econômicas e culturais oriundas das décadas de 1960 a 1990 e, por consequência, é a que menos possui plantio de soja no município.

A raiz para explicar essas velocidades diferentes de crescimento da atividade agrícola (KLANOVICZ; MORAES, 2017, p. 249) é analisada por Mello & Novais (1998) que apontam para um permanente deslocamento da fronteira agrícola para o interior do Brasil

entre as décadas de 1950 a 1980, um período que se projetava para a modernização do país, tardiamente em relação ao contexto europeu. Arruda (2010, p. 287 e 290), aprofunda a questão, ao considerar que essas populações seguem em movimento, mesmo antes da modernização e já criavam, nesse processo de deslocar-se, paisagens e territórios, os quais se tornam locais em que as relações se cristalizam e rejeitam ou resistem às mudanças hegemônicas e mercantis, oriundas do processo da “grande transformação” dos séculos XIX e XX. Para Arruda (2010, p. 297), a pequena propriedade pode ter sido, em parte, a forma de alguns grupos resistirem para não se transformarem em mercadorias.

Neste sentido, assim como a fronteira agrícola do café deslocou-se tardiamente para Lidianópolis em relação aos contextos do Paraná e Brasil, a soja seguiu na mesma trajetória e se deparou com a resistência de pequenos agricultores e de um espaço reorganizado em comunidades rurais com tradições culturais que, mesmo dentro da lógica hegemônica da territorialidade da soja, resistem e não desapareceram completamente, pelo contrário, estão presentes, visíveis e se expressam por meio da produção dos orgânicos, na manutenção da produção cafeeira e na conservação das tradições culturais das comunidades rurais (ARRUDA, 2010, p. 292 e 297). E é justamente nesse contexto de comunidades rurais que as mulheres desta pesquisa desempenham significância.

Ao mesmo tempo em que sobreviveram determinadas práticas e organização espacial do período da cafeicultura, aconteceu, no período entre 1990 a 2010, a ampliação das áreas de plantio com a redução das áreas de reserva legal, destruição de nascentes (minas d’água), eliminação de áreas de cafezais, pomares, demolição de antigas casas e instalações rurais, cujos proprietários migraram para o mundo urbano, tornando-se absenteístas. Assim, a paisagem rural tornou-se imensos campos abertos, próprios para a operacionalização das máquinas e implementos agrícolas.

O uso de agrotóxicos foi intensificado e tem afetado e, por vezes, destruído as lavouras e as plantas específicas da agricultura familiar, bem como danificado a produção da fruticultura e colocado em risco a qualidade e a oferta de água na zona rural. Entretanto, alguns consideram e, como avalia Rogério Rui Maia (2022), que o maior problema reside nas questões técnicas de aplicação, manejo e operacionalização dos equipamentos, a fim de controlar a deriva dos agrotóxicos. Segundo ele, se os aplicadores seguissem rigorosamente as instruções e os cuidados necessários seria possível o convívio harmonioso entre culturas.

O Brasil, 60 anos depois das denúncias de Rachel Carson, em seu livro *A primavera silenciosa*, “[...] é hoje o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e, à proporção que avança a produção agrícola, tem avançado também o consumo deles” (CARVALHO, NODARI; NODARI, 2017, p. 76). E, “[...] o estado do Paraná é um dos maiores consumidores de agrotóxicos por hectare plantado do Brasil devido a sua grande produção agrícola” (PIASSETTA *et al*, 2021, p. 75). Lidianópolis está inserido nesse cenário e no período de 2012 a 2015 registrou o consumo de 353,1 toneladas de agrotóxicos (PARANÁ, 2017, p. 21). Outra fonte mais ampla, documenta 979,9 toneladas de agrotóxicos utilizados em Lidianópolis para o período de 2013 a 2021 (PARANÁ, 2021). Está fora desta soma, os agrotóxicos adquiridos de forma não declarada ou contrabandeados via “redes ilegais”, conforme analisado por Horii (2014). Este recorte local é importante para demonstrar os impactos de uma afirmação e análise de cunho macro, tornando-a visível com a possibilidade de maior compreensão ao mensurar os dados em escala local.

As agricultoras e o programa “mulheres do café” de Lidianópolis-PR

De acordo com Carneiro (2013, p. 56), as transformações ocorridas em algumas regiões do meio rural brasileiro acontecem por meio de dois conjuntos de fenômenos. O primeiro é o fato de que as pessoas que vivem no meio rural não sobrevivem mais exclusivamente das atividades agrícolas, ou do cultivo da terra, associando a isso, outras formas de adquirir renda. O Segundo fenômeno é a busca do campo como espaço de lazer, que oferece aos habitantes da zona rural a possibilidade de desenvolver outras fontes de renda, ligadas ao turismo e ao agronegócio. Este último fenômeno recebeu influência do pensamento ecológico da década de 1990 e, no Paraná, foi analisado por Arruda (2013; 2016).

Carneiro (2013, p. 60) destaca que o meio rural desenvolveu uma ideologia burguesa de economia e estilo de vida muito semelhante aos hábitos urbanos, embora sejam apresentados com práticas do campo, assim:

[...] integrantes da elite agrária brasileira recorrem às práticas e hábitos tidos como ‘rurais’, mas que ressemantizados em outros contextos culturais servem à intenção de exibir e ao mesmo tempo instituir a sua face moderna. Enquanto isso os ‘neo-rurais’ brasileiros, motivados por valores próprios do antigo mundo rural (autodeterminação, contato com a natureza, tranquilidade, simplificação das relações sociais), reproduzem na racionalidade produtiva e tecnológica, valores urbanos (CARNEIRO, 2013, p. 60).

Nessa nova lógica de conceber o espaço urbano, nasce a cultura do agro *é tech*, agro *é*

*pop, agro é tudo*³, que de acordo com a autora, é uma releitura da cultura country à moda brasileira de misturar o espaço urbano ao rural. Simultâneo a essa modernidade, reconfigura-se a agricultura familiar, que ora tenta se encaixar nessa lógica burguesa de produção agrícola, ora resiste, ao manter as tradições camponesas, da cultura do agricultor que se relaciona com a terra, numa dinâmica de sustentabilidade ou simplesmente de sobrevivência. É no viés da sobrevivência e da busca pela sustentabilidade que se encontram as mulheres, numa luta muitas vezes silenciosa por autonomia e empoderamento no espaço rural.

Brandenburg (2010, p. 417-418), destaca que o meio rural na modernidade tem sido analisado de forma distinta por inúmeros autores e que é preciso sempre recorrer ao processo histórico de ocupação, o qual, para o autor, está relacionado ao predomínio das grandes propriedades, cujos detentores “[...] têm o rural apenas como atividade econômica ou de lazer e não como espaço de vida. Assim, pode-se afirmar que foram os pequenos proprietários, camponeses ou agricultores familiares que tradicionalmente expressam o modo de vida distinto da vida urbana, os grandes personagens da construção do rural”. Mas destaca também um espaço rural de múltiplos atores, com espaços e tempos diferenciados, que não se dá da mesma forma, considerando o ator a coexistência de pelo menos três tipos de ruralidades: o tradicional, o moderno e o socioambiental. Cremos que o grupo social, análise deste trabalho transita e se relaciona em meio a essa multiplicidade de atores e da complexidade das relações rural e urbano da atualidade.

A ruralidade tradicional é presente no espaço da pesquisa, por meio das tradições culturais e organização social das comunidades em que as entrevistadas estão inseridas. Na comunidade, preserva-se até a atualidade uma forte relação com a cultura voltada para o compadrio entre as famílias que pertencem ao lugar. Nessa comunidade, os laços de convivência comunitária, vão para além dos arranjos familiares e as relações são marcadas pela presença da Igreja, que exerce uma forte influência sobre as pessoas, sendo elas mais idosas ou os jovens que estão assumindo o comando dos negócios das famílias. Essa é uma característica da ruralidade tradicional como aponta Brandenburg (2010, p. 218): “[...] a vida social no meio rural como as atividades de ensino, de lazer, as festividades e manifestações culturais, normalmente se organizam em torno da Igreja, formando as sedes dos núcleos ou

³ Campanha publicitária da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil, com o objetivo de “[...] construir uma imagem positiva de sistema produtivo, sendo o agronegócio propagado como a única saída para o dinamismo do campo e modelo de negócio de sucesso” (SANTOS; SILVA; MACIEL, 2019, p. 59).

povoados”.

No entanto, a ruralidade moderna e socioambiental proposta pelo referido autor, também fazem constância na realidade do espaço da pesquisa. A ideia de agricultura moderna, voltada para o mercado, é uma realidade perceptível nas falas de uma das entrevistadas para esse trabalho, que produz para o comércio e tem voltado seus esforços para a criação de uma agroindústria em sua propriedade, com a intenção de produção para um mercado urbano.

Segundo Chã (2016, p. 73), a ruralidade moderna agrega a concepção de ligação da cultura rural com a urbana, por meio da propaganda da TV, que começa a chegar nas casas das pessoas, com maior intensidade a partir da década de 1960 e mostra o país de uma forma diferente, em que a imagem e a propaganda buscam construir uma ideia de modernização acessível a todos para atingir as pessoas de regiões mais isoladas dos centros urbanos, que passam a vislumbrar o uso de produtos que possam melhorar sua qualidade de vida, sem precisar sair do campo. “O meio rural passa a conhecer esse país da TV, a ser exposto à publicidade das imagens”. Essa é uma característica presente no dia a dia das mulheres entrevistadas, na tentativa de levar para o espaço rural, o consumo de alguns bens e serviços que antes eram exclusivos do meio urbano.

Paralelo a essa realidade, temos a preocupação com a terra, com a natureza e com a preservação dos costumes dos pais e avós, ao mesmo tempo que demonstra uma valorização pelas inovações que a modernidade trouxe para o espaço rural, numa demonstração de ressignificação do espaço rural, como defende o autor. “O rural reconstruído, ou reflexivo, é uma característica da modernidade avançada. É o rural em que o tradicional não é simplesmente substituído pelo moderno, mas é ressignificado, assim como a natureza é revalorizada” (BRANDEMBURG, 2010, p. 223).

Ao inserir a análise no cenário da mobilidade humana, da expansão de fronteiras agrícolas e da modernização do campo no Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX, verifica-se, conforme Camarano & Abramovay (1999), um crescente processo de masculinização do meio rural brasileiro e um fluxo de sobremigração feminina do rural para o urbano. Perceptível em Lidianópolis, ao verificar que as mulheres residem em maior número na zona urbana (IBGE, 2010). Silva, Melo & Moraes (2012), observaram que as mulheres foram invisibilizadas pela maioria das análises que se debruçaram sobre o mundo rural e foram marginalizadas duplamente enquanto mulheres e produtoras, já que ao homem

sempre foi assegurado a condição de responsável pela atividade mais rentável da família.

Essa ação de relegar à mulher uma condição de participante menos importante no processo de produção agrícola é entendida por Schmitz & Santos (2013, p. 03), como um compilado de práticas educacionais e culturais que transformou a mulher no sexo frágil, relegada apenas à beleza e à delicadeza. Camarano & Abramovay (1999), classificam esse processo no Brasil, a partir da década de 1950, como a *desruralização* e a *masculinização* do campo, intensificados pela modernização da agricultura, com os movimentos migratórios e o sistema de monocultura em larga escala. Silva, Melo & Moraes (2012, p.93) acrescentam:

[...] trabalho *leve e pesado, essencial* e em caráter de *ajuda*, são, portanto, construções culturais, que fazem sentido nessa sociedade dominada pelo patriarcado, pela dominância do sexo masculino, valorização de seu papel na sociedade e a consequente desvalorização do feminino. É importante recordar, para compreender essa questão e desnaturalizá-la, que as relações sociais de sexo devem ser compreendidas não somente no âmbito do trabalho. São, portanto, os processos de socialização vivenciados por homens e mulheres os responsáveis pela construção social da diferença e pela valorização diferencial das características atribuídas a uns e outros.

Ainda em Siliprandi (2011, p. 176), é possível perceber uma pequena mudança desse quadro no Brasil, uma vez que as lutas feministas travadas pelas mulheres do campo a partir da segunda metade do século XX, contribuíram para o avanço de conquistas como o direito a ter propriedades registradas em seus nomes, obter créditos junto a bancos e garantir a aposentadoria por meio do trabalho com a terra, como agricultoras e não mais como donas de casa ou “do lar”, como eram intituladas.

Nessa direção, Carneiro (2014, p. 32), propõe:

[...] se, então, rejeitarmos as infundáveis dicotomias que terminavam por definir um lado em função da negação do outro, ou seja, que levam a olhar o campo (ou agricultura e do atraso) através dos olhos da cidade (da indústria e da civilização), teremos condições de identificar dinâmicas territoriais que podem estimular (ou não) identidades apoiadas no sentimento de pertencimento a uma localidade.

A análise presente neste trabalho, optou por rejeitar essa dicotomia e enxergou nas mulheres diversas dinâmicas territoriais alicerçadas no sentimento de pertencimento local e na sua condição de mulher, as quais na busca de visibilidade, apropriaram-se de atividades agrícolas rurais como um modo de vida a atravessar os vários domínios do universo social (CARNEIRO, 2014) para que, assim, suas vozes ecoem por meio de suas profissões.

Neste sentido, a região que abriga o município de Lidianópolis, apresenta características bastante familiares como de outras regiões do Brasil. E, de acordo com Rogério Rui Maia (2022), o trabalho com a agricultura familiar apresenta melhores índices de rendimento quando é realizado pelas mulheres. Para o agrônomo, as mulheres são mais organizadas e

proativas, pois apresentam-se mais dispostas a enfrentar os desafios de produzir, gerar renda para o sustento da família e acumular capital considerando a importância da sustentabilidade.

Não há uma dinâmica de produzir de forma totalmente orgânica, mas entre as mulheres, a consciência ambiental aparece com melhor aceitação, uma vez que os cuidados com a saúde fazem parte da educação que recebem desde meninas. “A história das mulheres está ligada à história da maternidade, da família, aos cuidados com a casa, à sensibilidade de dedicar-se a todos que pertencem ao seu núcleo familiar” (GOMES, 2020, p. 10). Esse cuidado permite à mulher um olhar mais humano à terra e à produção de alimentos. Ao homem, por uma questão da própria educação, é imputada a obrigação de ser menos apegado aos cuidados e mais ligado às questões econômicas, com predominância para a remuneração e ao lucro, obtendo assim, maior valorização social (SCHMITZ; SANTOS, 2013, p. 2).

A agricultura no Brasil, nas últimas décadas sofreu uma grande transformação com a emergência das práticas do *agrobusiness*, gradualmente deslocando-se da ligação da terra e produtor, na agricultura familiar, para um processo de hegemonização pela lógica do capital e do mercado, colocando a produção como fonte de enriquecimento e a posse da terra passou a ser sinônimo de poder e mercadoria. O termo agricultor, foi ressemantizado para produtores, termo que passa a ser amplamente utilizado pelas pessoas como forma de representar uma classe não de trabalhadores, mas de capitalistas associados ao agronegócio, detentores do poder sobre a terra. Nesse ínterim, a mulher ficou relegada a um plano inferior ao homem. Essa é uma prática patriarcalista oriunda da Europa e que se instituiu no Brasil Colonial e permanece até a atualidade, com algumas rupturas e mudanças no sentido de superação a esse estereótipo (TEDESCHI, 2009, p. 54).

É nesse contexto e na direção oposta do que demonstram os dados, quanto à intensificação do uso dos agrotóxicos e do *agrobusiness*, que as “mulheres do café” e as agricultoras, enquanto grupo social protagonista deste trabalho, estão inseridas e atuam econômica e culturalmente. Produzir de forma a manter as tradições culturais da agricultura familiar tornou-se desafiante, assim como compreender as motivações que sustentam essas mulheres. Neste sentido, fomos a campo identificar quem são essas mulheres e ouvi-las na perspectiva de análise apresentada por Portelli (2010, p. 2), para o qual,

[...] quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou

poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente.

Dessa forma, optamos pela metodologia da história oral, porque entendemos que as vozes e protagonismos dessas mulheres estão incluídos num espaço limitado, assim nos desafiamos a ouvi-las e recolher suas trajetórias expressas nas suas memórias e narrativas, para “[...] amplificá-las e levá-las ao espaço público do discurso e da palavra” (PORTELLI, 2010, p. 2).

Foram ouvidas três mulheres: Vera Lúcia Fiorini Fávaro⁴, participante do Programa “Mulheres do Café”; Angélica Maisa Tambarussi⁵, uma jovem agricultora inserida no contexto da produção de leite e Laís Regina Prins de Toledo Hey⁶, uma engenheira agrônoma que se dedica à produção de fruticultura e empreende na produção de doces, com a divulgação de seu trabalho em canal do *Instagram*. Todas as entrevistas foram realizadas no ano de 2022 e compõem as fontes das pesquisas de doutorado das autoras deste trabalho. Foram gravadas e as citações neste artigo primou por preservar a originalidade do formato de suas narrativas orais, justamente para garantir que essas vozes não perdessem os “[...] significados e conotações sociais irreprodutíveis na escrita”, porque dessa forma elas “[...] revelam as emoções do narrador, sua participação na história e a forma pela qual a história o afetou” (PORTELLI, 1997, p. 28-29).

As três atuam em atividades distintas: Vera no café, Angélica na produção de leite e Laís na fruticultura, associada ao empreendedorismo com a confecção de doces aos moldes

⁴ Agricultora, 51 anos, casada, mãe de três filhos, reside na comunidade rural Santo Antônio. Originária da região norte do Paraná, veio para Lidianópolis na década de 1980. É participante do Programa Mulheres do Café do Vale do Ivaí. A entrevista com Vera, aconteceu na sua propriedade, no meio da roça, simultâneo à visita das estufas de tomate orgânico, um investimento sob coordenação do seu filho mais velho Willian Ricardo Fávaro, no dia 07 de julho de 2022. Além de Vera, participaram da entrevista o filho Willian e o esposo José Luis Fávaro. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

⁵ Nascida em Lidianópolis, residente na Comunidade Rural Santo Antônio, 30 anos, solteira, agricultora, graduada em Ciências Contábeis e acadêmica do curso de Agronomia. Deixou a carreira na vida urbana para retornar ao campo e assumir parte das atividades agrícolas com a família. Na propriedade, moram sua família e a família do irmão de seu pai. Juntos, produzem no modelo convencional o tomate, a soja e o gado leiteiro. Angélica atua especialmente na produção de leite e é referência local nesse manejo. A entrevista com Angélica aconteceu nas dependências do Colégio Estadual do Campo D. Pedro I (local de trabalho das autoras), no dia 30 de junho de 2022, aproveitando um dia em que Angélica retornava da faculdade (Cursa Engenharia Agrônoma no IFPR/Campus de Ivaiporã), momento em que teve disponibilidade de conciliar a entrevista com sua rotina bastante agitada entre a lida com a propriedade e o manejo da produção de leite, com seus estudos. Porém, em outra oportunidade as autoras realizaram visita à propriedade de Angélica e puderam vivenciar um pouco de sua rotina.

⁶ Natural de Campina da Alagoa-PR, 33 anos, Engenheira Agrônoma de formação (fez o curso, segundo ela obrigada pelo pai. Por ela tinha feito estética. Formou-se em 2013), produtora de fruticultura, com foco na produção de goiaba e pêssego. Além da venda *in natura*, ela processa as frutas e faz doces que são comercializados local e regionalmente. Sua empresa artesanal leva o nome de “doces da vovó Irman” em homenagem à sua avó. No rótulo ainda consta a frase “fruta convertida em amor e saudades de infância”. A entrevista com Laís aconteceu em sua propriedade no dia 04 de agosto de 2022.

artesanais. Mas em comum, são mulheres que buscam empoderar-se por meio de suas atividades profissionais, num contexto em que a hegemonia da produção da soja favorece o predomínio da masculinização das relações no campo.

Ao ouvir a jovem agricultora Angélica Maisa Tambarussi, residente em Lidianópolis, é possível perceber uma trajetória de luta para superar essa cultura da submissão e do casamento. Embora não faça de forma declarada, a jovem mantém-se relutante a entregar-se à clausura doméstica e ao casamento apenas para manter a tradição cultural da mãe, das avós e da própria comunidade rural onde reside, a qual ainda se mantém fortemente estruturada por essas tradições patriarcais. Percebe-se, no entanto, que esse é o maior desafio enfrentado pela jovem ao decidir manter-se como agricultora e protagonizar a produção leiteira em sua propriedade. Para tanto, a jovem busca nos estudos e na formação de Engenharia Agrônoma o conhecimento e o respaldo para conquistar o seu espaço e se firmar não apenas como uma simples mulher agricultora, mas como uma mulher agricultora capaz de conduzir sua propriedade e gerenciar sua produção:

Eu gosto do sítio, né? Tenho orgulho de trabalhar no sítio, de ser produtora. E eu falo assim, eu voltei e tal, mas eu queria, sabe? Aquele algo a mais assim [...] eu queria ser lembrada assim como Angélica, a agrônoma ou a veterinária, assim que seja, né? Queria assim, ter algo a mais, não só ser a Angélica lá da Santo Antônio, ou alguma coisa assim, como ponto de referência sabe?! (Angélica Maisa Tambarussi, 2022).

As falas de Angélica estão repletas de subjetividades, uma vez que deixam transparecer sentimentos que não são verbalizados, a relação de domínio masculino no seu ambiente de convivência e trabalho é algo que a incomoda, mas não é dito claramente, porém, percebido pelo olhar, pelo sorriso descontente quando fala no assunto, ou pelo movimento do corpo. Essa é uma questão importante de ser analisada, uma vez que demonstra muito da condição da mulher atualmente nessa região, pois Angélica é jovem e convive com outros jovens que perpetuam a prática do patriarcalismo.

Segundo Portelli (1996, p. 2), a subjetividade da história oral ocorre por não se tratar de fatos, mas de pessoas e seus sentimentos. Com base nisso, surge a necessidade de considerar neste trabalho, os silêncios da jovem Angélica, pois de forma bastante subjetiva, ela traz informações que contribuem com a análise que o presente trabalho se dispõe a fazer sobre as mulheres no mundo rural do município de Lidianópolis. “A subjetividade é o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso”.

Embora esteja envolta a uma cultura machista e precisar estar sempre se firmando como produtora rural capacitada para exercer a função junto aos homens que trabalham com ela em seu dia a dia, Angélica, é uma liderança, assume a responsabilidade da produção do leite de sua propriedade, negocia produtos, coordena a produção ao lado dos primos e sempre busca inovar e ampliar a produção.

Na propriedade de Angélica, a base econômica é a produção de soja, para agroexportação e a produção de leite, em que concentra todo o seu trabalho, que é pela jovem reconhecido como prática de agronegócio, termo esse, apresentado por Chã (2016, p. 29), “[...] como designação das relações econômicas entre o setor agropecuário e os setores industrial, comercial e de serviços”. Para Angélica, o agronegócio foi uma forma importante de anexar o meio rural ao mundo urbano.

Eu trabalho com o agronegócio, é um campo da agricultura que te dá a oportunidade de ter renda sempre, mesmo não sendo muito, você consegue se manter no campo. É interessante você ver que essa mudança que com o tempo foi tendo na zona rural, deu espaço para todo mundo trabalhar. Nós mulheres podemos assumir o trabalho igual os homens, eu faço tudo que meus primos fazem, levanto cinco e meia da manhã, vou pra mangueira faço a ordenha, encaminho o leite para o laticínio, sete horas já estou na estrada indo pra faculdade e à tarde já estou de volta pra fazer a segunda ordenha do dia. Eu consigo fazer tudo (Angélica Maisa Tambarussi, 2022).

Já Laís Regina Prins de Toledo Hey, após revelar os preconceitos sofridos no início da carreira como agrônoma, ainda residindo em Campina da Lagoa-PR, ao ser constantemente testada quanto aos seus conhecimentos profissionais, somente pelo fato de ser mulher, narra que decidiu não mais trabalhar para ninguém e investir sua formação profissional em favor de seu próprio negócio. Segundo ela,

[...] eles me testavam o tempo inteiro para ver se eu realmente sabia o que eu tava falando. Era ridículo, assim. Tanto que eu peguei um trauma tão grande de revenda, de campo. Se eu for pro campo eu dou show. Eu dou show, assim. Depois eu vou te contar de outros projetos que eu tô fazendo, com a internet. Eu manjo muito dessa parte técnica, mas não para trabalhar pros outros, eu quero trabalhar pra mim [...] Eu não me sujeito mais a trabalhar pra ninguém. Passar certos tipos de humilhação, porque é humilhante o que uma mulher passa no campo, ridículo (Laís Regina Prins de Toledo Hey, 2022).

O irmão de Laís residia em Lidianópolis e possuía uma propriedade com plantio de goiaba. Em 2016 seu irmão veio a falecer, como ele não tinha herdeiros, no processo da partilha dos bens, o pai transferiu a propriedade para ela e o marido, os quais se mudaram para Lidianópolis e passaram a empreender no ramo da fruticultura, em continuidade às atividades iniciadas pelo irmão. Deste momento em diante Laís começou a caminhar com seu

próprio negócio conciliando a produção de goiaba e pêssego, com o empreendedorismo da produção de doces artesanais (agroindústria) e o uso das redes sociais como ferramenta de publicidade.

As redes sociais para Laís, assim como todas as atividades que desenvolve em sua propriedade, é muito mais que uma simples forma de divulgação de seu produto e sua marca, é também um mecanismo de empoderamento, enquanto mulher, produtora rural e empreendedora.

Nos primeiros anos à frente da propriedade que herdou, além do processo de adaptação no campo e com os manejos necessários, Laís enfrentou o fenômeno da geada. Fases que a levaram, segundo suas narrativas, a reagir. E, revela:

Eu não sabia fazer doce, mas eu fingi que sabia. A minha ideia do doce completa um ano agora, justamente a geada deu no dia 28 de julho do ano passado, completa um ano a minha ideia do doce agora. Vinha o vento e derrubava esse pêssego e o Cesar trazia aquelas caixas, desesperado. Esse homem não comia, esse homem não dormia e, eu falava meu Deus eu preciso fazer alguma coisa. Eu tinha acabado de fazer o fogão a lenha [...] Aí, gente do céu, catei, vou fazer um doce. Cê vai ver o doce! Eu fazia 20 pote por dia. Eu vendia 20 potes por dia [...] foi o que salvou [...] Eu falei, mas eu preciso de um nome. Vai ser doce vovó Irman, o nome da minha avó que me criou. Eu preciso de amor, de alguma coisa que toque as pessoas. As pessoas vão querer saber por que que é. Daí eu vou contar a minha história. As pessoas vão se emocionar [...] E esse doce não dá pra quem quer (Laís Regina Prins de Toledo Hey, 2022).

Quanto a Vera Lúcia Fiorini Fávaro, sempre esteve inserida no contexto da agricultura familiar, com a produção do café. Atualmente, também mantém com sua família em uma propriedade de dez alqueires, o cultivo de tomate orgânico certificado (uma atividade em que o filho é o maior responsável), a produção de leite e o plantio de soja. O café ainda persiste porque, segundo ela, a família gosta de manter as tradições e, sua inclusão no programa *Mulheres do Café do Vale do Ivaí* trouxe-lhe protagonismo e visibilidade, o que fortaleceu no contexto familiar a permanência do cultivo do café, ainda que ameaçado pela intensa mão de obra exigida, já que a família possui outras atividades mais lucrativas.

No Paraná, de acordo com Rogério Rui Maia, há um movimento por parte das instâncias organizadas para valorizar o trabalho das mulheres do campo, como é o caso do IDR-PR, que tem desenvolvido programa de acompanhamento das práticas agrícolas femininas, como o *Mulheres do Café do Vale do Ivaí*. Para envolver as mulheres, segundo o agrônomo, é preciso promover encontros voltados diretamente para elas, sem a participação maciça dos homens, uma vez que se esses forem envolvidos, acabam sucumbindo à participação feminina. Vera Lúcia Fiorini Fávaro destaca que um dos benefícios de fazer

parte do programa, foi poder conhecer outras mulheres e juntas conhecer “[...] como funciona a bebida de café fino pra fora [...]. O café de bebida tem muito mais valor.”

Vera Lúcia Fiorini Fávaro, inicialmente, com mais quatro mulheres e atualmente, tendo agregado mais duas, compõe o grupo social das “mulheres do café” de Lidianópolis, às quais se somam grupos específicos de mulheres dos municípios de Grandes Rios, Jardim Alegre e Ivaiporã. Juntas formam o grupo *Mulheres do Café do Vale do Ivaí*, um programa criado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), que objetiva agregar a mulher como agricultora, por meio da produção de grãos selecionados para cafés especiais.

Esse trabalho específico com mulheres, faz parte de um dos eixos temáticos do IDR-PR. O movimento das mulheres com o café selecionado surgiu primeiro no Norte Pioneiro em 2013. Em 2020, a Assistente Social Natalia Duarte Vettor (IDR-PR) e o Engenheiro Agrônomo Cleverson da Silva Souza (IDR-Pr) adaptaram o programa para a região do Vale do Ivaí. Vera Lúcia Fiorini Fávaro conta que recebeu o convite por meio dos técnicos locais e do IDR-PR e, assim que o grupo se iniciou, tiveram formação na propriedade, realizaram visitas técnicas e estudo de todo processo, desde o cultivo, adubação, colheita, secagem, beneficiamento, classificação e pontuação inerente aos cafés tidos como especiais, dos quais se obtém bebida pontuada a partir de grãos criteriosamente selecionados do plantio à mesa. Ela narra como foi o início desse programa em Lidianópolis:

O grupo da Emater, lá, convidou o Ricardo. Pega cinco mulher de Lidianópolis. Daí o Ricardo que selecionou. Ele pensou ne mim, na dona Dirce, na Conceição, na Elizabete. Hoje em dia tem pouco café no Lídia. Mas nem tudo concordou [...] Aí, eles vieram aqui, convidaram a gente [...] vai ter um negócio do café e eu topei. Falei, ah! Não vai dar renda é só para divulgar o café do Lidianópolis, as mulher do café [...] Aí nós secou [...] se der de 84 pra cima já é café fino e as cafetarias de Londrina pensa em comprá, aí já é mais caro. O meu deu 82. Aí, eles falou assim, ‘nós vamos negociar esse café’, mas era pouquinho, o meu era oito quilo, né, Wiliam? Limpo. Aí esse café Ravar ali de Ivaiporã, que já mexe com isso aí, pegou o meu, da Elizabete, das mulher aí. Deu o que? Acho que pagou quarenta real o quilo, né Wiliam? Aí já tirou essas caixinhas, já levou nós na cafeteria pra conhecer como é que funciona. Levou nós na reunião dos café de Carlópolis, daí foi aumentando o negócio (Vera Lúcia Fiorini Fávaro, 2022).

De fato, foi aumentando a visibilidade. A imprensa local começou a divulgar e eventos locais e regionais são realizados para focar o programa. Entretanto, quando Vera Lúcia Fiorini Fávaro lá de sua propriedade, imersa em sua realidade, narra seu cotidiano, observa-se uma dificuldade muito grande em permanecer cultivando e colhendo o café nos padrões para cafés finos, justamente por exigir trabalho manual rigoroso para que, ao final, o café receba pontuação dentro dos critérios. Ela destaca também a interferência das questões

climáticas e a gestão do tempo na demanda das atividades da propriedade e da família, como fatores limitadores.

Para a agricultora, o cultivo do café faz parte de sua vida, é uma tradição de família, uma vez que era o produto cultivado pelos seus pais e que fez parte de sua infância e juventude. Porém, ela afirma que para manter essa tradição é necessário buscar a modernização, pois o trabalho manual não atende à demanda de trabalho exigida para a produção do padrão de café fino.

Hoje em dia você tem que modernizar. É no trator, na máquina, pra tudo. Fazer a análise do solo tudo certinho, pra você ponhar só o que precisa, pra não gastar muito, pra não ficar colocando coisa que não precisa, igual era antes, então mudou, pra você ter lucro (Vera Lúcia Fiorini Fávaro, 2022).

Com essa afirmativa é possível perceber que o desafio das mulheres que assumiram a produção do café com padrão especial de qualidade no município de Lidianópolis, não é apenas o de garantir autonomia e reconhecimento, mas também transformar as formas de produzir, modificando as técnicas e introduzindo a mecanização que para o cultivo do café não é uma dinâmica da região.

A agricultora pontua que em outras regiões do estado em que se produz o café com grãos selecionados, já existe a utilização de tecnologia, como maquinários específicos para fazer a colheita, a lavagem e a seleção dos grãos, o que não ocorre no município de Lidianópolis. De acordo com Carneiro (2013, p. 53), é comum haver diferença de modernização agrícola entre uma região e outra, uma vez que essa modernidade no campo ocorre com base na “produção de um padrão (de vida) urbano-industrial”, que não é uniforme, ou seja, não ocorre ao mesmo tempo em todos os lugares. Muitos espaços acabam por preservar suas tradições, garantindo a agricultura tradicional. No caso do município de Lidianópolis a resistência à introdução da mecanização na colheita do café tem mantido o modelo tradicional de cultivo e colheita, porém, segundo Vera Lucia Fiorini Fávaro, isso tem provocado maior dificuldade na produção.

Por outro lado, literalmente pousa feliz para a foto durante a entrevista e exhibe o fruto de seu trabalho (a embalagem comercial e personalizada do seu café), revelando o protagonismo e a rede de visibilidades, conhecimentos e amizades oriundos desse “cruzar a porteira” (Rogério Rui Maia, 2022) para além de sua propriedade e de sua condição de mulher.

Foto 1: Vera Lúcia Fiorini Fávaro, na sua propriedade e a embalagem da edição especial do seu café em parceria com a empresa Ravar



Fonte: arquivo próprio dos autores (2022)

Uma satisfação que também é sentida pelas demais integrantes do grupo.

Pra mim, foi a melhor coisa que aconteceu pra mim, nesses quarenta anos que eu mexo com o café, entendeu? Lá em Lidianópolis a produção de café tá um pouco defasado porque o povo foi pela soja, né? Mas eu não desisto nunca do café [...] o café nosso é o melhor café do Vale (Dirce Costalonga, online vídeo clip. YouTube, 28 de maio de 2022)

É visível a importância social do café para as mulheres envolvidas. Nos depoimentos de Vera Lucia Fiorini Fávaro e Dirce Costalonga, a produção do café vai além de uma fonte de renda ou atividade agrícola. Para essas mulheres, o café hoje significa a manutenção de uma rede de convivência social, envolvendo as famílias, o lugar a que pertencem e a manutenção de uma prática, uma tradição que une suas vidas. De acordo com Rosenwein (2011), esses sentimentos podem ser traduzidos pela história das emoções e estão carregados de significados culturais, que definem o indivíduo e o faz sentir-se parte de um grupo, compondo assim, sua própria identidade. Em seu depoimento Vera Lucia Fiorini Fávaro, descreve a forma como foi inserida no programa “Mulheres do Café” e ao relatar sua participação nessa cadeia produtiva, ela ressalta a importância das relações sociais que o programa proporcionou a ela, demonstrando que muito mais do que uma fonte de renda, o café é uma fonte de convivência humana, que ampliou seus laços de amizade para além do espaço doméstico, com a família, para uma comunidade, ligando mulheres de diferentes

idades e espaços, que comungam dos mesmos sonhos, das mesmas angústias e das mesmas determinações.

E a amizade. Depois pegou amizade com esse povo. Aí a gente já foi num almoço né? Ficou muito amigo as mulheradas, ficou muito amigo. É assim né? A gente conheceu outras coisas, ficou amigo. Essa amizade foi pra fora da cidade. Aí criou amizade, criou um interesse assim, e foi gostoso porque daí a gente conheceu como é que funciona o café fino pra fora. E hoje em dia, isso conta muito né? (Vera Lúcia Fiorini Fávaro, 2022).

O programa é bem recente e traz um viés de empoderamento importante para as mulheres. Sobretudo, com os eventos formativos do cultivo, manejo e processamento, das trocas de experiências e o mercado consumidor final dos cafés finos, bem como os eventos de cunho social. Promove a visibilidade e a valorização, mas o desafio tende a ser a permanência em um cenário local e regional desfavorável à produção do café. Durante a entrevista com Vera Lúcia Fiorini Fávaro e sua família, é perceptível as preocupações quanto a manter o plantio de café na propriedade, assim como também é perceptível a voz masculina ao defender a lucratividade e o viés mercadológico advindos de outras culturas, como a soja.

Embora haja uma organização por parte do IDR-PR em promover a autonomia feminina na agricultura familiar por meio do cultivo do café, é perceptível no depoimento de Vera Lucia Fiorini Fávaro, o controle masculino sobre a propriedade e a manutenção do que produzir. A entrevista da agricultora foi concedida ao lado do filho e do marido, em um constante entrelaçar de vozes. O clima revela uma relação familiar pautada no diálogo e na cooperação de todos nas atividades agrícolas, mas é evidente nas falas, o controle masculino sobre as decisões econômicas da propriedade. Em um determinado momento, a voz do marido, José Luis Fávaro, ressalta que as mulheres foram escolhidas para fazer o cultivo do café com padrão de grãos finos, devido à delicadeza e porque elas têm menos compromissos, portanto mais tempo para dedicar-se à seleção dos grãos. Em outro trecho, quando ela afirma: “Aí você tem que ter pouquinho, só pra manter a tradição da família, porque vem de lá. Pra não deixar acabar tudo”, ao fundo o filho, Willian Ricardo Fávaro, ressalta que tem que deixar acabar, porque se é só para manter a tradição tem que acabar. Segundo ele, tem que possuir as coisas para ter lucro; o pai endossa dizendo que não pode ter prejuízo; e o filho finaliza indagando: vai ter prejuízo para manter a tradição?

De acordo com Schmitz & Santos (2013), ainda há uma desigualdade muito grande na divisão sexual do trabalho na agricultura, pois destinam-se à mulher uma condição de

inferioridade ao homem e submetem o trabalho feminino ao domínio masculino, muitas vezes criando barreiras para a visibilidade da atuação das mulheres na agricultura familiar.

Ao ouvir as narrativas das agricultoras entrevistadas, tanto de Angélica Maisa Tambarussi, quanto de Vera Lucia Fiorini Fávaro e Laís Regina Prins de Toledo Hey, assim como o depoimento online de Dirce Costalonga, observa-se quatro mulheres que trazem na essência o amor pela terra e a valorização de suas raízes como camponesas, mas é perceptível o enfrentamento, muitas vezes inconsciente, que travam com as figuras masculinas que atuam nos seus mundos. Para a agricultora Angélica Maisa Tambarussi, há sempre a preocupação em respeitar a hierarquia, considerando o primo, que embora tenha menos conhecimento que ela nas questões técnicas da produção do leite, é homem e mais velho, portanto, não deve ter seu poder por ela suprimido. E afirma: “[...] deu certo porque separou eu e o Tiago [...] uma questão de autoridade. Ele é mais velho, eu entendo ele, sabe? [...]”. No caso de Vera Lucia Fiorini Fávaro, há um respeito pelo filho, que sempre está envolvido na conversa de forma a demonstrar que seu aval nas decisões por ela tomadas é de extrema importância. Já Dirce Costalonga, faz questão de afirmar que para o café ser especial tem que ser as mulheres, porque são elas que tem “[...] o jeitinho especial de cuidar, assim como a gente cuida da casa, do marido, dos filhos, eu que já cuido de netos também, né?” e finaliza ressaltando que “[...] nós mulher só perde pros homens na força”. No caso de Laís Regina Prins de Toledo Hey, ser empreendedora no ramo da agroindústria dos doces, tem sido uma alternativa de empoderamento frente aos desafios em assumir junto com o marido a propriedade do irmão e a decisão de trabalhar por conta própria. São falas que carregam em si as estratégias particulares de cada uma delas, na luta diária pela visibilidade e respeito na condição de mulher, em um espaço agrícola dominado por relações masculinas.

No caso de Laís, vale ressaltar que sua formação como agrônoma, após a década de 1990, demonstra ser uma influência para suas práticas diárias como produtora rural pautada no agronegócio, uma vez que faz parte de uma geração, cuja educação esteve ligada aos modelos da agroindústria e do empreendedorismo, termo que, segundo Monteiro (2019, p.30), “[...] é uma prática que alia criatividade, otimismo, autoconfiança, coragem, persistência e resiliência, voltada para soluções inovadoras de problemas”. Essa é uma característica da entrevistada, que demonstra sempre buscar caminhos inovadores para conduzir suas atividades econômicas com base na produção agrícola.

São mulheres de gerações diferentes, mas que receberam a mesma educação, enraizada nos costumes e tradições machistas. Tedeschi (2009) e Arend (2018), afirmam que essa firmiação do controle masculino sobre a mulher do campo, que com pouca ou nenhuma escolaridade e sem ter o controle sobre os lucros da produção, é uma prática que remonta a educação da mulher desde o século XX e que, de acordo com Siliprandi (2011), ainda está presente no meio rural brasileiro, havendo, porém, um movimento de organização feminina para superação dessa cultura. Ao analisar os depoimentos das entrevistadas, percebe-se os sinais dessas mudanças, enquanto Vera Lucia Fiorini Fávaro, confirma a todo o momento a presença do marido e do filho em suas decisões, como algo necessário para sua vida, Angélica Maisa Tambarussi, mais jovem, tem buscado a partir da formação científica, base para impor sua presença e seu domínio, no sentido de exercer o controle sobre sua produção, garantindo inclusive a participação igualitária na divisão dos lucros da produção.

São três modelos diferentes de atuação feminina no cenário da agricultura familiar: duas (Angélica e Laís), com posturas mais firmes e mais conscientes da necessidade de conquistarem seus espaços e exercerem os seus direitos de autonomia em suas profissões como agricultoras; e a outra, embora sendo o centro da produção, ainda muito presa à tradição de dar a última palavra ao homem. Nesse caso, Vera Lucia Fiorini Fávaro resiste como agricultora e produtora de café, mas assiste, ao mesmo tempo, à ameaça de sua cultura ser substituída por um outro produto agrícola de maior lucratividade, uma vez que o filho afirma que se o café não der lucro não compensa continuar cultivando e ela, mesmo discordando acata a decisão, cedendo espaço ao filho que tem assumido o controle sobre a propriedade no lugar do pai.

Considerações finais

Parece ser evidente, considerando as fontes aqui apresentadas, que as *mulheres do café*, não só de Lidianópolis, mas do Vale do Ivaí, iniciaram recentemente uma jornada de resistência e empoderamento, assistidas pela equipe técnica e extensionista do IDR-PR. O sucesso dessa trajetória, entretanto, depende de vários fatores que se entrelaçam: a permanência da extensão rural e suporte técnico; a resiliência das mulheres em manter o cultivo do café no seio de suas propriedades e famílias, cumprindo com os padrões exigidos; manter uma rede de organização local e regional para consolidar uma cadeia articulada de negócios e comercialização desse café especial; e a capacidade delas em apoderarem-se e

apropriarem-se de estratégias e ações para superar ou conviver com a ideologia masculinizada presente na cadeia do agronegócio, hoje monopolizado em escala local, regional e nacional.

Ao ouvir as agricultoras, é perceptível que as ações com vistas a superar esses desafios não são fáceis de serem conduzidas em suas vidas, uma vez que assumem para si, a condição de agricultoras, responsáveis pela produção, buscando autonomia junto aos demais homens que dividem com elas o espaço de trabalho e o plantio de outras culturas. Homens, que por sua vez, estão imersos em uma cultura machista, apesar de alegarem que as reconhecem e as respeitam. Alegações, inclusive, aceitas por elas. Porém, em seus depoimentos estão implícitas narrativas, silêncios, tons e embargos de voz, necessidades de confirmações dos homens que estão do lado, que revelam uma relação ainda presa à hierarquia construída por serem homens. Até o discurso de que as mulheres foram escolhidas para o processo produtivo do café selecionado por conta da sua sensibilidade, reforça o argumento que as sustentam como frágeis e que as mantém fora do processo produtivo economicamente articulado.

Percebe-se que as “mulheres do café” e as agricultoras, ainda se mantêm camponesas, dentro do conceito do termo camponês apresentado por Carneiro (1998, p. 53), com seu modo de vida todo voltado para a terra e a natureza, porém com uma dinâmica voltada para a agricultura familiar, cujo termo, de acordo com a autora, está direcionado para a produção capitalista das atividades agrícolas. E embora não tenham a consciência dessa diferenciação teórica, no cotidiano “as mulheres do café” e as agricultoras, conseguem perceber que estão vivendo uma transformação produtiva, em que precisam aliar a modernização agrícola com suas tradições, para não permitirem que suas raízes culturais sejam suplantadas pela produção comercial, voltada apenas para o lucro.

Toda essa dinâmica de manutenção de tradições e raízes culturais se contrastam com a realidade proposta pela agricultura industrial, também presente na prática das mulheres que contribuíram com o trabalho, numa perspectiva de unir o empreendedorismo ao agronegócio, levando desse modo para o meio rural, uma nova cultura de exploração da terra e uso da natureza, ainda que estejam pautadas por uma cultura sustentável e de valorização da cultura local.

As informações trazidas pelas mulheres que contribuíram com o trabalho, associadas aos dados estatísticos do IBGE e informações do IDR, demonstram uma relação com o

conceito de ruralidade socioambiental, uma vez que não há na região, uma substituição do tradicional para o moderno, mas uma incorporação de algumas práticas modernas de economia agrícola com a sustentação de culturas tradicionais tanto no âmbito produtivo como de convivência social entre as famílias, que culmina por demonstrar uma preocupação das mulheres com as práticas sustentáveis de exploração da natureza e uso da terra.

Desse modo, as relações cristalizadas pelo viés das tradições das comunidades expostas, vivas, ainda que impactadas, mas visíveis na resiliência das mulheres do café e das agricultoras que ainda se mantêm no campo à frente da produção agrícola familiar convencional ou orgânica, são condições que, reunidas e articuladas, podem inserir Lidianópolis como referência no processo de consolidação de uma cadeia produtiva da fruticultura, do fortalecimento da agricultura familiar sustentável e do turismo rural, com destaque à protagonização das mulheres.

Referências

ARANHA, Ana; FREITAS, Hélen; CABETTE, André. Descubra o que tem na água de Lidianópolis (PR). [Mapa da Água](#), 2021.

AREND, Silvia F. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 65-82.

ARRUDA, Gilmar. A 'grande transformação' e a bióta cultural das populações em movimento. **Diálogos**, v. 14, p. 287-303, 2010.

ARRUDA, Gilmar. Turismo, natureza e história ambiental: chácaras de lazer na represa de Capivara-PR. **Antíteses**, Londrina, v. 6, p. 293-317, 2013.

ARRUDA, Gilmar. Entre a natureza 'natural' e a natureza 'sonhada': a propaganda de condomínios nas margens da represa Capivara, Rio Paranapanema, PR. **História: Debates e Tendências**, v. 16, p. 92-112, 2016.

BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, p. 417-428, 2013.

CAMARANO, Ana A.; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. In: **Repositório IPEA: Texto para Discussão nº 621**, Rio de Janeiro, p. 1-28, 1999.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas Identidades em Construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 2, n. 2 p. 53-75, 2013.

CARNEIRO, Maria J. Desenvolvimento Territorial Sustentável. O retorno ou a morte do camponês? In: MARTINS, Rodrigo C. **Ruralidade, Trabalho e Meio Ambiente**. Diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - EDUFSCAR, 2014. p. 31-47.

CARVALHO, Miguel M. X. D.; NODARI, Eunice S.; NODARI, Rubens O. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 24, p. 75-91, 2017.

CHÃ, Ana M. D. J. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. Dissertação (Mestrado em Geografia), Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2016.

GOMES, Vânia I. C. Parteiros e benzedeiros : saberes e fazeres de mulheres na região do Vale do Ivaí, Paraná (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História), Maringá: Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2020.

HORRI, Angélica K. D. Redes Ilegais: o contrabando de agrotóxicos na fronteira do Paraná (Brasil) – Paraguai. Dissertação (Mestrado em História), Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, 2014.

IBGE. Brasil - Paraná - Lidianópolis - Panorama. **Cidades**, Rio de Janeiro.

IPARDES. Caderno Estatístico Município de Lidianópolis. **Sistema de Informação dos Municípios do Paraná**, 2022.

KLANOVICZ, Jo; MORES, Lucas. A Sojização da Agricultura Moderna no Paraná, Brasil: Uma questão de história ambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 6, n. 2, p. 240-263, 2017.

KOHLHEPP, Gerd. Transformações da Paisagem Natural no Norte do Paraná entre as Décadas de 1930 e 1980: Da Monocultura do Café à Modernização Agrária e suas Consequências Ecológicas, Econômicas e Sociais. **HALAC–Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, v.10, n. 2, p. 255-283, 2020.

MELLO, João M. C. D.; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia M. **História da Vida Privada do Brasil**. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 1998. Cap. 9, p. 855.

MONTEIRO, Samyama T. **Análise sobre o perfil empreendedor e a ideologia neoliberal através da Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)Niterói: Universidade Federal Fluminense - UFF, 2019.

PARANÁ. **Plano de Vigilância e Atenção à Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos do Estado do Paraná 2017 a 2019**. Curitiba: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, p. 143. 2017.

PARANÁ. [Relatório do Sistema de Controle do Comércio e Uso de Agrotóxicos no Estado do Paraná - SIAGRO](#). Curitiba: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR. Gerência da Sanidade Vegetal, 2021.

PIASSETTA, Roberto D. R. L. *et al.* Legislação restritiva referente ao uso de agrotóxicos em municípios do Estado do Paraná. **BIOFIX Scientific Journal**, v. 6, p. 75-83, 2021.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? **Projeto História. Cultura e Representação**, v. 14, p. 25-39, 1997.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

QUIEZI, Simone A. Pescadores, indígenas, posseiros e agricultores no médio Rio Ivaí: trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960). Dissertação (Mestrado em História), Maringá: Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2020.

ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções**. Problemas e métodos. Trad. de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SANTOS, Anderson D. G. D.; SILVA, Danielle V. D.; MACIEL, Kleciane N. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 21, n. 1, p. 46-61, 2019.

SCHMITZ, Aline M.; SANTOS, Roselí A. D. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis: **Anais 10 SIFG**, 2013.

SENES, Ronaldo. Reportagem especial destaca o projeto "Mulheres do Café" no Vale do Ivaí. [Blog do Berimbau](#), 2022.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamento Iberoamericano**, 2011, p. 169-183.

SILVA, Maria A. D. M.; MELO, Beatriz M. D.; MORAES, Lara A. D. Mulheres caipiras. Dois olhares sobre o mundo rural paulista. **Caravelle. Le Brésil caipira. Une culture, ses représentations**, n. 99. p. 77-105, 2012.

TEDESCHI, Losandro A. Relações de gênero e a história das mulheres camponesas. **La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura**, p. 45-62, 2009.

VALADARES, Alexandre; ALVES, Fábio; GALIZA, Marcelo. O crescimento do uso de agrotóxicos: uma análise descritiva dos resultados do censo agropecuário 2017. **Nota Técnica**, n. 65, 2020.

Fontes Orai

Angélica Maisa Tambarussi. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi e Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 30 jun. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder das entrevistadoras e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

Laís Regina Prins de Toledo Hey.[Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi e Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 04 ago. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder das entrevistadoras e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

Rogério Rui Maia. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi e Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 24 jun. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder das entrevistadoras e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

Vera Lúcia Fiorini Fávaro. [Entrevista concedida a] Simone Aparecida Queizi e Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 07 jul. 2022. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder das entrevistadoras e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

Artigo submetido em: 23 de junho de 2023.
Artigo aprovado em: 10 de setembro de 2023.